

Condenado à cadeira de rodas, ex-vendedor luta por Justiça

*Jelson Jony Silva Lima
pede indenização ao
Estado e julgamento de
PM que o baleou*

MANAUS — A impunidade levou Jelson Jony Silva Lima, hoje com 21 anos, a entrar com uma ação de responsabilidade civil contra o Estado do Amazonas por danos morais e físicos no valor de R\$ 100 mil e pensão vitalícia de 2 salários mínimos mensais. "Ele (cabo Lauro Clóvis da Silva Costa) nunca foi julgado pelo que me fez; ele tinha de responder por esse crime na Justiça", afirma.

A ação tramita há um ano e seis meses na Justiça. Sentado numa cadeira de rodas, da qual só sai para deitar na cama, Jelson diz que pretende, com o dinheiro da indenização, abrir um pequeno comércio, pois perdeu o emprego de vendedor e parou de estudar. A namorada, Márcia também foi embora e deixou com ele o filho Jonathan, de 2 anos.

Uma auditoria militar apontou em 20 de março de 1995 que o cabo Lauro Clóvis da Silva Costa agiu com "negligência e imprudência no desenrolar da ocorrência, que ocasionou lesão corporal de natureza grave em Jelson de Lima". O Inquérito Policial Militar condenou o cabo a 8 anos de reclusão, mas, por ser réu primário, ele apelou e o processo está até hoje aguardando sentença no Tribunal de Justiça do Amazonas. O cabo Lauro Clóvis não foi afastado da corporação. Procurado pelo Estado, o soldado não foi localizado.

De acordo com o assessor jurídico do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), advogado Márcio Freitas, o Ministério Público Estadual já deu parecer favorável a Jelson Lima, mas para uma pensão vitalícia de 1 salário mínimo e indenização de R\$ 100 mil. "O processo está na 2ª Vara da Fazenda Pública aguardando sentença do juiz Wellington José de Araújo."

Arma na cabeça — Outras duas ações foram encaminhadas à Justiça do Amazonas pelo CDDH. Uma diz respeito a oito meninos, torturados por policiais civis do bairro Zumbi dos Palmares. A segunda é sobre o caso de um estudante, também vítima de violação de direitos humanos.

O estudante E. conta que policiais do 8º Distrito Policial invadiram sua casa e o acusaram de ter assaltado um taxista. No DP, seguindo ele, foi obrigado a confessar o crime. "Os policiais me bateram muito, sem dizer quais eram meus direitos: eu não tinha o que confessar."

E. ficou preso durante três dias, por engano, e hoje pede indenização por danos morais e físicos ao Estado de R\$ 200 mil. "Eles tinham de investigar antes e não bater."

Zumbi — O caso dos garotos do bairro Zumbi dos Palmares, todos entre 16 e 18 anos, ocorreu em maio. No dia 17 daquele mês foram sequestrados por policiais e ficaram cinco dias detidos. Eles denunciaram tortura dos agentes, que chegaram até a divulgar suas fotos como integrantes de uma quadrilha (K.B.)

MULHERO ABANDONOU COM O FILHO DE 2 ANOS